

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Preços e o Estreito de Ormuz

Qualquer interrupção na rota do Estreito de Ormuz tende a elevar rapidamente o preço do petróleo no mercado internacional, segundo a U.S. Energy Information Administration, porque por ele passam 20% do petróleo comercializado no mundo. Mas o efeito não se limita às bolsas ou às petroleiras. Ele chega ao consumidor por meio da gasolina, do diesel, do gás de cozinha, da energia elétrica e, de forma indireta, dos alimentos e do crédito. Para Ricardo Hiraki Maia, especialista em educação financeira e sócio-fundador da Plano, o impacto é encadeado. “O petróleo é insumo básico da economia. Quando sobe, encarece transporte, produção e pressiona a inflação. A família sente no supermercado e nas contas fixas”, afirma.

A Medalha do Legislativo

O CEO e fundador da Gramado Summit, Marcus Rossi, recebeu ontem a Medalha da 56ª Legislatura da Assembleia Legislativa do RS. Proposta pelo deputado Estadual Felipe Camozzato (Partido Novo), a distinção é um reconhecimento ao impacto do fortalecimento da economia criativa e tecnológica do Estado, atraindo anualmente milhares de visitantes e investidores para o Rio Grande do Sul.

De olho na produtividade

A diretora mundial e latino-americana da Corteva aterrissou em Muitos Capões (RS) para conferir de perto as soluções apresentadas em mais uma edição da Feira de Inovações SCV. Para o CEO da Sementes Com Vigor, Pedro Basso, a vinda dos executivos reflete a relevância do trabalho desenvolvido em biotecnologia e os avanços que impactaram os resultados, gerando alta performance da produtividade na Fazenda Santo Amaro ao longo dos últimos anos.

Paleta Atlântida em Estrela

A coordenação do Paleta Atlântida esteve em Estrela na última quinta-feira, dia 26, para a realização de visita técnica que marcou uma etapa estratégica na organização da edição do evento na cidade, programada para 30 de maio. A iniciativa tem como objetivo levar ao Vale do Taquari o conceito consagrado no Litoral Gaúcho, adaptado às características e à realidade local, integrando a programação comemorativa dos 150 anos do município.

O futuro da energia solar

A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSO-LAR) vai reunir, no dia 12 de março deste ano, em Brasília (DF), autoridades públicas, empresários, consultores, e especialistas para uma série de debates sobre os desafios regulatórios do setor (tarifas e conexão), o futuro da energia solar no agronegócio e as tendências tecnológicas a partir da eletrificação da economia, como o avanço da eletromobidade e o advento dos sistemas de armazenamento por baterias.

Leilão de 28 imóveis no País

A Freitas Leiloeiro Oficial realiza, em parceria com o Banco Bradesco, um leilão online com 28 imóveis distribuídos por 13 estados brasileiros. A disputa se encerra no dia 12 de março de 2026, às 13h30. O portfólio reúne opções urbanas e rurais, com lances mínimos que variam de R\$ 18 mil a R\$ 1.344 milhão, atendendo diferentes perfis de compradores.

Guia para reforma tributária

Com a aproximação das primeiras mudanças práticas da reforma tributária, o escritório Brenner & Caletti Advogados, de Porto Alegre, lança um guia com os principais pontos de atenção para os próximos meses da transição ao novo regime. O material - disponibilizado gratuitamente para empreendedores - explica as normas que impactam diretamente a rentabilidade dos negócios. Também traz um “teste” para que o empresário responda algumas questões e compreenda se está preparado para se adaptar às mudanças tributárias.

Manifesto expõe prejuízos com PEC da escala 6x1

Entidades do comércio e de serviços preveem fechamento de operações

/ TRABALHO

Cláudio Isaías

isaiasc@jcrs.com.br

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do fim da jornada de trabalho 6X1 sofre resistência do setor produtivo brasileiro, que aponta possíveis fechamentos de empresas e reajuste de preços de produtos. Por outro lado, sindicatos de trabalhadores afirmam que a manutenção da escala 6x1 está empurrando o setor do comércio e de serviços para um cenário de escassez de trabalhadores, com impactos diretos na economia e no atendimento à população.

Seis entidades ligadas ao comércio varejista e ao setor de serviços de Porto Alegre lançaram um manifesto contrário à PEC, que visa abolir a escala de trabalho 6x1. No documento, os empresários argumentam que não existe viabilidade econômica para a diminuição da jornada de trabalho

sem que haja, obrigatoriamente, uma correspondente redução proporcional de salários, uma profunda desoneração da folha de pagamento e dos encargos tributários por parte do Estado.

No manifesto, as projeções econômicas, de acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), apontam para um impacto financeiro de cerca de R\$ 235 bilhões no setor de serviços e de R\$ 122 bilhões no comércio, o que representaria uma extração de capital de giro de empresas que já operam com margens estreitas. O setor produtivo diz que seria obrigado a realizar um repasse generalizado de custos, que resultaria em reajuste de preços dos produtos e serviços básicos em até 13%, o que retroalimentaria a inflação e forçaria o aumento da taxa de juros.

O cenário, segundo os empresários, colide frontalmente com a realidade de asfixia financeira do consumidor brasileiro, uma vez que aproximadamente 85% das

famílias brasileiras já se encontram endividadas e incapazes de absorver qualquer aumento no custo de vida, o que resultaria em uma queda vertiginosa nas vendas e no estrangulamento do varejo físico.

O presidente do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de POA e Região (Sindha), Nelson Ramalho, disse que a proposta exige um debate mais profundo. O dirigente demonstra preocupação com o impacto financeiro sobre os empreendedores. “Quem arcará com os custos operacionais de novas contratações? Os empreendedores não podem pagar essa conta”, questiona. Ramalho destaca que, sem contrapartidas do governo federal ou desoneração da folha de pagamento, a redução da jornada pode levar ao fechamento de empresas e à perda de postos de trabalho. Ramalho critica a urgência da votação no Congresso Nacional, sugerindo que o período eleitoral influencia a discussão de forma precipitada e superficial.

Fiergs e Agaflor reagem em defesa de projeto da CMPC

/ INDÚSTRIA

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), a Associação Gaúcha de Produtores de Florestas Plantadas (Agaflor) e a prefeitura de Guaíba se manifestaram nesta quarta-feira, 4 de março, em defesa do projeto da CMPC de construir uma nova fábrica de celulose no município de Barra do Ribeiro. Trata-se do maior investimento privado já anunciado no Rio Grande do Sul, com valor estimado em R\$ 27 bilhões.

As manifestações ocorreram após o Ministério Público Federal (MPF) ter divulgado, na segunda-feira, que pediu a suspensão imediata do licenciamento ambiental do projeto, em Barra do Ribeiro, até que as comunidades indígenas da região sejam ouvidas. A Fiergs manifestou “surpresa e forte preocupação” com a recomendação feita pelo MPF. Para a entidade, o projeto da CMPC é um dos mais relevantes do setor industrial em curso no Rio Grande do Sul, “estruturado com elevado padrão técnico, rigor ambiental e absoluto compromisso com as comunida-

des envolvidas”. A Fiergs destaca, ainda, que o processo de licenciamento foi conduzido com ampla participação social, por meio de audiências públicas, disponibilização integral dos estudos ambientais e abertura de canais formais para contribuições da sociedade.

“A indústria gaúcha reafirma que desenvolvimento econômico e respeito às comunidades não são objetivos conflitantes. Ao contrário, caminham juntos quando há diálogo institucional e segurança jurídica. Medidas que interrompem ou fragilizam investimentos estruturantes geram incerteza, impactam empregos, renda e a competitividade do Rio Grande do Sul”, sustenta a nota. Por fim, a Fiergs espera que a decisão do MPF não se transforme em empecilho ao avanço do projeto.

Também a Associação Gaúcha de Produtores de Florestas Plantadas (Agaflor) acompanha com atenção os desdobramentos e reconhece a importância do cumprimento rigoroso da legislação ambiental e dos mecanismos de participação social previstos na legislação brasileira. Ressalta,

ainda, que projetos dessa magnitude são estruturados com elevado rigor técnico, transparência e alinhamento a padrões internacionais de sustentabilidade e governança.

No documento enviado à Fepam, o MPF adverte para a necessidade de paralisação do processo de licenciamento ambiental pela existência de, pelo menos, oito aldeias Mbyá Guarani na Área de Influência Direta e 18 na Área de Influência Indireta do complexo.

A prefeitura de Guaíba, município onde opera o complexo de produção de celulose da CMPC, também emitiu nota afirmando que o projeto da empresa chilena em Barra do Ribeiro tem “compromisso com o cumprimento da legislação ambiental, constitucional e urbanística vigente, respeitando integralmente o Estado Democrático de Direito e os princípios da segurança jurídica e da transparência administrativa”. Diz ainda que “o processo de licenciamento foi conduzido com ampla participação social, tendo reconhecidos os estudos ambientais tramitados por diversas esferas do poder público”.